

DEFENDENDO A PÁTRIA PARA DEFENDER AS IDÉIAS: NARRATIVAS E CRIAÇÃO DE SENTIDOS NA IMPRENSA CEARENSE DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)

Maria Regina Santos de Souza*

A importância da imprensa na Guerra do Paraguai como o meio de informação mais dinâmico na cobertura e na repercussão dos fatos tem sido ressaltada por boa parte da historiografia brasileira dedicada à temática do conflito. André Toral afirma que os jornais dos países envolvidos no conflito, sobretudo os ilustrados, eram, certamente, o termômetro da opinião pública que, através das imagens, podia se manifestar contra ou a favor da guerra, sendo essas publicações um bom negócio (TORAL, André. *Imagens em desordens: a iconografia da Guerra do Paraguai* [1864-1870]. São Paulo, Humanitas/FFCLH-USP, 2001, p. 155).

No Brasil, a imprensa ilustrada teve concentração nas províncias sulistas, consideradas mais desenvolvidas do país. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo foram verdadeiras produtoras de imagens sobre a guerra. Todavia, a imprensa escrita, a mais comum na região Norte, obteve bastante sucesso no que dizia respeito à produção de discursos sobre o conflito. No Ceará, por exemplo, não havia jornais ilustrados especializados em publicar imagens da guerra do Paraguai, mas esse fato não impediu a propagação, na província, de juízos de valor sobre a mesma.

Inicialmente, a imprensa cearense, num movimento sincrônico, aderiu a salvar a pátria. O episódio da invasão de Mato Grosso por tropas paraguaias, em dezembro de 1864, fez com que os jornais divulgassem a idéia de “guerra justa”. Todavia, passados alguns anos de combates, um cenário de destruição, ocasionado principalmente pelas mortes nos campos de batalhas e/ou pelos terríveis recrutamentos nas zonas rurais que provocavam crise na produção de alimentos, foi se configurando na província.

Além desses percalços, o prolongamento da guerra acabou mapeando uma conjuntura de sofrimento no Ceará, sobretudo no ambiente familiar, pois o Estado Imperial não estava cumprindo a lei que ressarcia as famílias dos ex-combatentes mortos, nem tampouco dava assistência aos remanescentes de guerra que, na maioria das vezes, voltavam

mutilados e sem condições para o trabalho (SOUZA, Maria Regina Santos de. *Impactos da Guerra do Paraguai na Província do Ceará (1865-1870)*. Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza, UFC, 2007, p. 142).

A partir daí, houve mudanças nos discursos e os periódicos passaram a criticar, quase na mesma sincronia de outrora, a guerra. Periódicos diários como *O Cearense*, editado em Fortaleza pelos representantes do Partido Liberal, opositor ao governo central, passaram a registrar de maneira incessante os abandonos, os descasos e as mortes no *front*, dando a entender que a política belicosa do império era o fracasso da nação. Ou seja, criticar a guerra passou a ser também uma forma de exigir o fim da monarquia. Assim, o repúdio ao conflito tornou-se o tema preferido dos liberais cearenses. Em contrapartida, os também diários fortalezenses *Pedro II* e *A Constituição*, ligados a facções do Partido Conservador do Ceará, defendiam a política do imperador e de seus ministros, embora muitas vezes se posicionassem contra o prolongamento do conflito.

Nessa batalha da imprensa bipartidária do Ceará, os confrontos davam-se no campo das idéias, ou seja, o que estava em jogo para os editores eram suas participações políticas, suas capacidades de expor pensamentos e desejos.

Diante disso, devemos ressaltar uma peculiaridade desses impressos: os jornais cearenses, sobretudo, os de Fortaleza, não seguiam uma lógica de mercado, ou seja, não era o dinheiro o motor das publicações.

A imprensa escrita de São Paulo e Rio de Janeiro, até meados do século XIX, não seguia a lógica da mercadoria, pois os periódicos eram lugares nos quais os grupos ou sujeitos políticos encontravam liberdade para demonstrar seus ideais, seus desejos, suas insatisfações. Os espaços desses impressos, até à década de 1850, eram campos de poder e disputa de política, e não espaços de vendas (DE LUCA, Tânia Regina, e MARTINS, Ana Maria (orgs.). *Imprensa e cidade*. São Paulo, Unesp, 2006, p. 17).

Essa observação de De Luca encaixa-se bem na realidade cearense. Objetivamos, portanto, perscrutar como a imprensa bipartidária de Fortaleza envidou esforços para criar imagens, inicialmente, favoráveis à mobilização e, posteriormente, favoráveis à desmobilização de contingentes para o conflito do Paraguai. “Senhores! O Ceará em longa distancia do Paraguay, não tem sido indiferente a pátria, que acabara de ser ultrajada pelo pérfido e selvagem Solano Lopes” (*O Cearense*. “Noticiário”. 16 de fevereiro de 1865, p. 3).

Essas palavras do Dr. José Lourenço de Castro e Silva demonstravam bem o clima de indignação que prevaleceu diante da ação invasora do Paraguai. Durante todo o primeiro ano de guerra, foi nesse tom ufanista e indignado que os grupos dominantes chamaram a população para salvar a pátria.

De início, era unânime entre os jornais de Fortaleza nomear a ação de Solano López

como crime de lesa soberania, sendo o Império vítima “desse tirano megalomaniaco”. A apreensão da embarcação brasileira Marquês de Olinda por forças paraguaias, em dezembro de 1864, e em seguida as invasões das províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, sem uma prévia declaração de guerra, foram consideradas um “ato covarde” e despertaram o ódio de muitos brasileiros.

A idéia era demonstrar que o Império fora obrigado a revidar a afronta. Nesse sentido, tornou-se bastante pertinente narrar com minúcias “a covardia das forças paraguaias que traiçoeiramente atacaram os cidadãos brasileiros”:

A República do Paraguai, dizemos mal, o vaidoso e ignorante país [mutilado]... Proclamou-se por droit de conquét de naissance o protetor... da Independência oriental: declarou guerra ao Brasil, fechou o Rio Paraguay a nossa bandeira (e outros não? Que miserável astúcia!) e a falsa fé aprisionou o paquete Brasileiro “Marques de Olinda” conjurando os seus passageiros, entre os quaes se acha o Sr. Frederico Carneiro de Campos, nomeado presidente da província de Mato-grosso e deputado da assembléia geral do Brasil. [...] O Paraguay insulta e afronta o Brasil, punge-nos o coração, condenando ao martyrio de sua barbaridade, brasileiros que pacificamente transitavam pelas águas comuns, na fé de uma nação culta, que se julgava em paz com esse traiçoeiro vizinho. Que resta ao Brasil? Apanhar a luva, não diremos, porque esta phrase se applica a cavaleiros; responder ao Paraguay; Lupum auribus tenes, e ir dar lição severa a temerário e odioso provocador. (*O Cearense*. “Noticiário”. 4 de fevereiro de 1865, p. 4)

Desde que as primeiras notícias desse apresamento chegaram ao Ceará, com pelo menos dois meses de atraso, houve uma mobilização por parte da imprensa local para criar narrativas que possibilitassem, *a priori*, a persuasão dos vários segmentos elitizados da província que, uma vez convencidos, não tardariam a se envolver na luta, levando consigo seus seguidores e subordinados.

Informações sobre a indignação popular e os conseqüentes alistamentos em outras províncias como São Paulo, Bahia e na capital do império, Rio de Janeiro, tiveram publicações estratégicas nos jornais cearenses como parte integrante do movimento que visava a um maior número de voluntários para guerra. No periódico *O Cearense* encontramos:

Em o lugar competente publicamos o decreto do governo imperial, creando o corpo de voluntários sob denominação de voluntários da pátria. As condições estabelecidas no decreto são mais vantajosas aos que, cedendo aos nobres impulsos do coração se offereceram para defesa da pátria. Em algumas províncias, como São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pará, organizam-se corpos de voluntários, e há grande enthusiasmos a prol da guerra; os nobres estímulos e o amor da pátria acendeu-se vivamente n’aquelas províncias heróicas. Aclamma-nos empenhados em uma questão de eterno oppobrio ao brasileiro que ficar surdo ao appello da pátria em perigo. Quando, um dia, a posteridade lançando os olhos sobre o passado, ler a historia da nossa actualidade, não terá de corar

pelo Ceará, porque n'essa triste emergência temos fé, não havemos ficar inertes ou indiferentes. Ao governo cumpre proceder de maneira se aproveitar as boas disposições do povo, afim de que não diga do Ceará; foi o ultimo vindo. (*O Cearense*. 2 de fevereiro de 1865, p. 4)

O jornal *O Cearense* foi um dos periódicos que mais tentou expandir a idéia de salvação da pátria, destacando o povo cearense como patriota. Assim, não demorou a descrever como andavam as mobilizações na província:

Os cearenses vão accudindo nobremente os reclamos da patria e ao convite imperial. Vê-se cidadãos de todas as classes comprehendem belamente o sagrado dever de defender a honra e integridade do Império e de auxiliar nossos briosos irmãos, os bravos de Paysandu e Coimbra. (*O Cearense*, "Noticiário". 11 de fevereiro de 1865, p. 2)

Essas narrativas de indignação eram extremamente necessárias, pois José Murilo de Carvalho lembra que a idéia de *nação imaginada* não estava nos horizontes mentais de grupos locais e da população em geral. Para o autor, a idéia de Brasil como pátria estava na cabeça dos políticos que lideraram o processo de independência; nação e pátria estavam mais ligados aos ideais políticos pensados pelos setores da elite que tinham alguma representação na política imperial, ao passo que para a maior parte da população tais ideais eram ignorados (CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, p. 239).

Carvalho afirma ainda que a Guerra do Paraguai foi um fator determinante na formação de identidade brasileira, pois colocou um inimigo estrangeiro que, por oposição, gerou o sentimento de pertença (*Cidadania no Brasil: grande caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 76-85). A partir de então, a pátria deixava de ser aquela abstração pensada por algumas mentes depois da Independência do Brasil e passava a ter materialidade comum. Um dos temas mais privilegiados nas narrativas jornalísticas da época foi o da salvação da pátria, porque ofendê-la era o mesmo que ofender qualquer brasileiro.

A imprensa cearense explorava ao máximo a ofensa que o Brasil havia sofrido, ratificando a importância da ofensiva:

As nações, como os indivíduos, têm seus dias de sacrifícios, de perigos, e aflição; como de seguridade, satisfação e gloria.

Porque a vida dos Estados depende de sua integridade, e de sua honra, que consistem na integridade de seu território e autonomia de seu poder.

Atacada a existência nestas bases o corpo social periga; e como não há sacrifícios o bastante para quem defende a honra e ávida; assim não se deve have-los para sociedade quando são ameaçados tão caros interesses.

O povo brasileiro é chamado a uma guerra justa e santa, tanto o quanto pode ser esse flagelo imposto á sociedade como condição de seu desenvolvimento. (*O Cearense*. "Noticiário". 7 de fevereiro de 1865, p. 3)

Utilizando a mesma argumentação, o jornal *A Constituição* chama às armas:

Posto que a nação inteira tenha soberbas provas de patriotismo, enviado todas as províncias a porfia inúmeros voluntários aos campos de batalhas, que se abrem risonho e verdejantes de louros as nossas armas lá onde o cacique dos paraguaios nos provoca, contudo muito resta ainda a fazer para os esforços empregados não sejam perdidos. Convem que esses esforços se convertam em actos que revelem o mundo inteiro que a guerra, a que fomos arrastados, fundada como he no sagrado coração direito de defesa, nada mais tem em vista do que fazer do Paraguay o direito internacional e levar aquellas paragens princípios de liberdade e civilização que ali até hoje não tem penetrado. (*A Constituição*, 4 de julho de 1865, p. 1)

Nos periódicos de linha católica, como *Aurora Cearense*, a guerra tornava-se a religião da nação em comunhão. Na edição de dezembro de 1866, D. Luis, o primeiro bispo do Ceará, fez um pronunciamento longo no qual se referia aos males dos conflitos para as nações e os povos civilizados.

A paz meus caríssimos irmãos, é o mais estimável dom, que a bondade de Deus ortoga aos homens na terra, assim, como a guerra, segundo os livros sagrados, é a maior calamidade, que nos pode chegar, e o maior castigo que o mesmo Deus, em sua justiça, inflige aos pecadores. Com este flagelo todas as classes da sociedade sofrem, e toda as fontes de prosperidade nacional secção. A lavoura perde os braços, que a alimentavam, definham, o comercio, entrando em assustadora crise, não inspira confiança; os estabelecimentos de instruções e beneficência não podem ordenar recursos, fazer face extraordinária despesas, fecham-se, e todo paiz retroga muitos annos, no caminho da civilização e da prosperidade. (*Aurora Cearense*, 30 de dezembro de 1866, p. 3)

O bispo ressaltava a necessidade de se combater o inimigo bárbaro, visto que sua atroz ação não ofendeu apenas o Império, mas também a Santa Religião Católica:

O nosso Brasil, este abençoado paiz sempre favorecido pela providencia divina, por muitos annos gozou da paz, e seus filhos contente e satisfeitos a sombra das bellas instituições, que as regem, prosperavam e caminhavam alegres na via de um bem entendido progresso.

Mas, caríssimos irmãos, o homem inimigo, segundo a esphera evangélica, semeou a sizania no pacífico paiz de Santa Cruz. Uma provocação acintosa, uma invasão armada, desafiaram o brio e a honra nacional, e forçaram o nosso governo a repelir com armas injusta e inqualificada agressão.

Esta empenhada a honra de nossa pátria, caríssimos irmãos e filhos amados, estão comprometidos nossos bem estar, a nossa tranqüilidade, os nosso interesses, o futuro da nossa pátria, nossa tranqüilidade, a nossa mesma consciência de catholicos, que pela graça de Deus, somos.

Os livros Santos parecem confundir o amor da religião com o amor da pátria, ou identificam tanto estas duas coisas, que inculcam de modo que não se pode observar uma sem a observância da outra. (*Aurora Cearense*. 30 de dezembro de 1866, p. 4)

Na visão do prelado, o conflito era uma “cruzada” contra os “bárbaros invasores desconhecedores de qualquer noção de civilidade”.

Sabendo-se que o ato de escrever não é dissociado do ato de pensar, entendemos que a escrita desses discursos expressava tanto a necessidade de formação dessa *comunidade de nação imaginada* como a tentativa de grupos políticos imporem seus ideais às custas da guerra.

A Guerra do Paraguai demandou esforços de mobilização nunca vistos no Império, e muitas estratégias foram utilizadas para que o número de combatentes não rareasse. Criar sentido do que era ou representava a pátria dentro do tecido social era essencial para sua salvação. Boa parte da elite brasileira concentrou-se nessa empreitada, que não foi matéria fácil.

Atrelar, sobretudo, a figura da mãe, chefe do lar que zelava pelo bem-estar dos filhos, à pátria foi um ato bem pensado no que toca às estratégias de alistamentos. Estas visavam a tocar os corações daqueles que ainda não tinham atendido aos chamados de salvação.

Eram as metáforas da mãe ou da companheira, segundo Armelle Enders, que afetavam o amor, abnegação, segurança, desprendimento, valores essenciais para fundamentar o nascimento de uma pátria para todos:

As mulheres são indissociáveis do tema ‘mãe-pátria’. É por intermédio delas, acreditava-se, que o amor à terra natal é transmitido. O sentimento nacional não poderia ser apanágio de nenhuma outra categoria da população. Somente ele, junto com a fé em Cristo, tem o poder de transcender a divisão sexual (e social) das tarefas e de legitimar as donzelas e as matronas guerreiras. (ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no segundo Reinado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-Fundação Getúlio Vargas, v. 14. n. 25, 2000, p. 52)

O uso de outras “categorias” femininas como filhas ou irmãs foi também adequado como elemento mobilizador.

Pedro Paulo Soares, em seu trabalho sobre a iconografia da Guerra do Paraguai na imprensa fluminense, afirma que:

Durante o período de mobilização das forças militares, ocorrido após a declaração de guerra com o Paraguai, a imagem feminina foi corriqueiramente utilizada para a representação da nacionalidade brasileira. Eram, como já dissemos, figuras em suas variações clássicas- a mãe, a mátria dos positivistas; a irmã, a pátria, entidade protetora e guerreira. (SOARES, Pedro Paulo. *A Guerra da Imagem: iconografia da Guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado UFRJ, 2003, p. 82).

Esse movimento de criação da pátria através das “categorias” femininas parece ter sido constante nos jornais fluminenses, que muito apresentaram as províncias nortistas fazendo parte da nacionalidade.

A província de Pernambuco foi associada a uma bela índia que, preocupada com o futuro do império, dizia “vamos levar a nossos irmãos do sul sangue e braços! À guerra!”.

Já a legenda que acompanhava a representação da majestosa Bahia era claramente de uma mãe guerreira que ordenava “Ide, meus filhos, esta capela cingirá os vivos, as minhas orações acompanharão os mortos; os mortos ou vivos, o Brasil espera, e eu mando, que cada um de vós cumpra seu dever”, como informa Soares em obra já citada, à p. 85.

Muitos periódicos cearenses fizeram uso, principalmente, da metáfora da “mãe-pátria” com a intenção de que novos voluntários se apresentassem. Afinal, que filho ficaria surdo aos pedidos de socorros da mãe em perigo? Uma poesia publicada por *O Cearense* ratificava o sofrimento da “mátria”:

Brado de guerra.
As armas filhos da Pátria
As batalhas nos conduz
Os bárbaros que estão pisando
A terra de Santa Cruz
Motilam nossas donzelas
Como esfomados urubus
[...]
A mai Pátria afflicta geme
Seus gemidos a nos voou
Nos filhos estremecemos
Pela voz que zoou
Do sul pedindo socorro
Responde- o norte-eu lá vou!
[...]
Em socorro da mai pátria
Que o norte esta chamando,
Elle manda, os filhos duros
Deixa louris a pátria
Ao Paraguai partiu voando”. (*O Cearense*. “ Publicações Solicitadas”. 9 de março de 1865, p. 4).

Nas palavras de D. Luis, salvar a mãe-pátria era incumbência dos homens tementes a Deus:

Vós sabeis, bem sabeis, meus carissimos irmãos que se Deus não proteger a cidade, debalde trabalham aqueles que defendem, e firmando nesse oráculo do Espirito Santo, devemos dirigir nossas súplicas consciência de catholicos, e dizer-vos: Deus o quer, meus filhos. Deus quer e manda sob pena de incorreremos em seu desagrado, que mesmo com o prego de nosso sangue e de nossa vida, coadjuvemos nossa mai no empenho, em que ella se acha colocada. Deus quer e manda que vingemos a sua honra offendida e a livremos dos insultos, que visinho ingrato lhe dirigio, assacado-lhe injustiças. (*Aurora Cearense*. 30 de dezembro de 1965, p. 5).

O discurso que estava se construindo podia ser resumido nas palavras enfáticas do Bispo, que atrelava “o traidor da pátria ao matricida” (*Aurora Cearense*, 30 de dezembro de 1866, p. 4).

A alegoria da “irmã” como evocativa da unidade geográfica e política também teve boa utilização nas “Publicações solicitadas” de *O Cearense*:

Cearenses!...A causa de nossas irmãs [Mato-grosso e Rio Grande do Sul invadidas] é nossa causa, é cauza do Brazil, e sem que sejais taxados de ingratos, de pérfidos, de filhos de espurias, podeis de tomar nella a mais enérgica parte.

Ninguem poderia chama-nos de miquos, temos sofrido desses pérfidos vizinhos. Temos visto nossos emissários insultados, injuriados, os nossos irmãos horrivelmente assassinados, as nossas fronteiras salteadas, os nossos trabalhos ludibriados e rasgados em praça publica. (*O Cearense*. “Publicações Solicitadas”. 7 de fevereiro de 1865, p. 3)

Essas representações, durante o primeiro ano de guerra, tiveram boa aceitação entre os cearenses que liam ou ouviam as notícias e os chamativos para o dever cívico. As imagens criadas através dos discursos deram vazão para que outros sentidos como as grandezas das batalhas, passassem a encorajar aqueles que ainda não tinham sido instigados ao patriotismo. Os combates no *front* foram outros evocativos para guerra.

Narradas como verdadeiras epopéias, as batalhas acontecidas no ano de 1865 também fizeram parte dos esforços de arregimentação na província. Nesse momento, foi possível vislumbrar o empenho dos articulistas em criar imagens positivas dos soldados cearenses como corajoso e abnegado, o combatente patriota. A partir de então, aconteceria o início da formação dos heróis.

Paissandu foi a batalha que deu a partida para a criação de celebridades. Na reconquista desse forte, as primeiras aparições foram de heróis com *status* nacional como o liberal Tamandaré:

Payssandu foi tomado viva a força do dia 2 de janeiro, depois de um combate de cinquenta e tantas horas, e dos sitiados haverem feitos esforços desesperados para conservar a praça.

[...] O nosso exercito mostrou muita bravura e dedicação em tão glorioso feito, no qual tomaram parte o general Mena Barreto, e o barão de Tamandaré, primeiro official, superior, que occupou Payssandú, onde com maior entusiasmo fora arvorado o estandarte brasileiro. (*O Cearense*. “Noticiário”. 4 de fevereiro de 1865, p. 2)

Devemos lembrar que o almirante Tamandaré pertencia ao partido Liberal, por isso sua figura foi muito prestigiada no *O Cearense*, também liberal.

Aos poucos, os heróis locais como o cearense Antônio de Sampaio, o futuro general Sampaio, iam ocupando seus lugares sendo homenageados nas “Ordens do dia” dos generais em chefe:

Payssandu.

Segunda a ordem do dia do general em chefe, os oficiais que mais se distinguiram segundo sua parte:

- Coronel Antonio de Sampaio
- Major Antonio da Cruz Barreto
- Tenente Coronel João Sabino de Sampaio Menna Barreto.

A exemplo de Paissandu, o combate naval de Riachuelo seria utilizado como símbolo de evocação nacional.

Nas narrativas de Riachuelo, ainda hoje tida como maior feito da Marinha Brasileira, a necessidade de formar heróis locais passou a ser cada vez mais forte:

Passeiata.

Antes de ontem com o recebimento da fausta noticia do brilhante feito d´armas de Riachuelo, onde nossa armada e parte do exercito que accompanhava se immortalizaram nossos amigos commandantes superiores Machado, Tenente Coronel Cunha Freire, Capitão Justa (commandante interino do 1º batalhão da Guarda Nacional), Capitão Varonil, e muitos officias da guarda nacional, promoveram uma passeiata, que com uma bella banda de muzica e grande concorrencia percorreu as ruas da cidade entre repetidos enthusiasmos vivas o patriotismo, indo depois ao patio do palacio, onde o Ex. Sr. Dr. Homem de Mello chegando a varanda deu vivas de enthusiasmos ao Imperador, A Constituição, A Religião Catholica e aos bravos de Riachuelo.

A memoravel Victoria de Riachuelo merecia bem essa manifestação dos cearenses, já porque nenhum brasileiro pode deixar de enthusiasmar-se com feito tão glorioso de nossas armas, já porque tendo-se, destinguido naquela batalha tantos cearenses, como o bravo tenente Coronel Guimarães e outros, nem um cearense que saiba quanto o nome cearense foi enobrecido em Payssandú, em Corrientes, e ultimamente em Riachuelo pode deixar d´inflamar-se expandindo-se com maior effusao na celebração de feitos tão gloriosos para toda nação, e para as províncias, cujos filhos nelles tiveram parte! (A Constituição. 26 de julho de 1865, p. 3)

Além da listagem de heróis, houve, como se depreende da notícia, a intenção de disseminar a vitória em público, um esforço de mobilização. Relatar as batalhas dando destaque para os heróis demonstrava o empenho das elites políticas cearenses no sentido de criar “ações pedagógicas”, que buscassem identificar o povo à nação.

Mas a continuidade dos confrontos fez com que o apoio dado pela imprensa à guerra diminuísse drasticamente. Passado o ano de 1865, o conflito começou a ser criticado, num processo que culminaria em setembro de 1866, quando as tropas aliadas saíram derrotadas na batalha de Curupaiti. A partir daí, os apelos por uma paz vitoriosa e imediata e as narrativas denegridas atreladas “aquela nefasta guerra” tornaram-se constantes.

A derrota aliada em Curupaiti, em fins de 1866, produziu péssimo efeito no Brasil. A idéia de um acordo de paz com o Paraguai foi pensada na Assembléia do Rio de Janeiro. Solano López parecia disposto a negociar, no entanto, a iniciativa não teve êxito devido à

oposição de D. Pedro II que, segundo os representantes britânicos e portugueses na Corte, “se mostrou disposto a abdicar do trono, se os deputados não atendessem a seu desejo de continuar a guerra” (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: uma nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 252).

Cogitou-se ainda que o fim das hostilidades propostas pelo império exigia dos paraguaios rendição incondicional, o que também foi recusado pelo presidente López, que, sem alternativa viável, continuou os combates.

Na imprensa carioca, os simpatizantes do imperador manifestaram-se contrários à paz mediada. Para alguns, essa atitude daria chances ao “ditador paraguaio” de reorganizar suas tropas. Em alguns jornais cearenses, houve exemplos dessa rejeição. Vejamos o que dizia o conservador *Jornal do Ceará*:

As palavras do jornal O Cearense são um protesto contra aqueles, que calcinados pelo espírito faccioso e cegos pela ambição do poder, pretendem a tudo transe fazer da guerra questão partidária, ou antes arma de hostilidade contra seu paiz, oriente de destruição, para subirem sobre as ruínas, não dos adversários, mas do próprio paiz. Não há brasileiro, que não reconheça na guerra justa e santa, que o Brazil sustenta contra o tirano do Paraguay, disputa-se a dignidade do paiz, e com ella o seu futuro da nação livre e independente.

Faça-se hoje com López uma paz, para que, covardes, nos eximamos de alguns sacrifícios, e o que ficará sendo este grande império perante o mundo humilhado, abatido, e escarnecido aos pés de uma insignificante Republica?!

Todavia, mais fortes eram os descontentamentos com a guerra, que entrava para seu terceiro ano. A impopularidade da guerra iria se tornar unânime no império a partir das notícias diárias dos soldados feridos e, principalmente, dos soldados mortos. Sem dúvida, esse foi seu golpe de misericórdia, pois em cada recanto do país ouviam-se choros, lamentos e sermões em homenagem àqueles ceifados no conflito. Sempre nas páginas iniciais dos periódicos, as notícias fúnebres caracterizaram-se pela riqueza de detalhes dos sacrifícios exercidos pelos combates:

Uma perda sensível

Entre os bravos que no combate de 24 de setembro ultimo, sucumbiram em defesa da pátria, consta-nos o capitão João Caetano Pereira, ex-official do corpo de guarnição desta província.

O capitão era militar inteligente, bravo e honrado... Era natural de Santa Catarina, e interlaçado aqui com uma das principais famílias d’esta província. Morreu quando mais preciso fazia para sua desolada consorte, 4 innocentes filhinhos e cunhados, na maior parte orphãos, das quaes era único arrimo e amparo!

Resta o governo imperial que não condemne ao esquecimento e nem deixe o abandono a pobre família de um martyre da Pátria, que com tanto denodo e dedicação elle sacrificou-se. (*O Cearense*. “Noticiário”. 27 de outubro de 1867, p. 1)

No Ceará, essas publicações funéreas foram bem aproveitadas pelos articulistas como evocativos de desmobilização e, sobretudo, como crítica à política belicosa dos conservadores. Primando pelas virtudes dos combatentes conterrâneos, os articulistas liberais do *Aurora Cearense* lamentavam as perdas:

Trouxe-nos o Vapor Guará a infausta notícia da morte do tenente-coronel Francisco Frederico Figueira de Melo, victima de seu zelo e perícia militar.
Era um bravo, em cujo peito palpitava o amor do patriotismo, era uma das glorias cearenses que mais tarde devia occupar uma pagina da historia desta heroyca província.
É morto o bravo de Payssandu, o heroe do Passo da Pátria.
Fica seu nome, que, ao lembrar-nos arrancará sempre uma lagrima de saudade. Descanse sua alma na mansão dos justos. (*Aurora Cearense*. 9 de dezembro de 1866, pp. 4/5)

Publicações com essas tinham a intenção de comover todos, e para tanto, davam a entender que as virtudes dos heróis cearenses, como a coragem, a obstinação e o espírito guerreiro não deveriam ser desperdiçadas nos combates cruentos de uma “guerra que era resultado do capricho de D. Pedro II” (DORATIOTO, obra citada, pp 250-254).

A visão de guerra que começou a prevalecer foi a de que se sacrificar num conflito que não tinha mais o sentido de salvar a honra nacional e não reverenciava mais a morte de mártires, levava simplesmente à morte. Os heróis de outrora começaram a aparecer como vítimas de uma guerra que não tinha mais razão de ser.

Foi apostando nos significados de ruptura, medo e tristeza que a morte ensejou no mundo contemporâneo e cristianizado, conforme Philippe Ariés, no livro *História da Morte no Ocidente*, Rio de Janeiro, Ediouro, 2003, que muitos articulistas liberais passaram a publicar incessantemente as mortes nos campos de batalha. Na edição de 29 de setembro de 1867, *O Cearense*, com pesar, publicou:

A MORTE DE UM BRAVO.

No hospital militar da Corte sucumbiu em consequência de ferimentos na guerra o nosso bravo patricio Jose Antonio Torres Bandeira, alferes do batalhão de infantaria.

O alferes Bandeira foi um dos heroes memoráveis do combate da ilha Carvalho no dia 10 de abril de 1865. N’esta luta de titãs, que constitui o feito mais glorioso de nosso exercito brasileiro, na actual Campanha, tomou o alferes Bandeira, como simples cadete que estão era, a maior parte, entrando no rio com água até os peitos em busca do inimigo que fugia. Por este feito tão arrojado foi ele elogiado em ordens do dia, condecorado e promovido ao posto de alferes. Foi ali que recebeu elle ferimentos de que veio falecer, afinal, sucumbir.

Uma lagrima, cearenses, sobre o tumulo do nosso bravo patricio! (*O Cearense*. “Noticiário”. 29 de setembro de 1867, p. 2)

Maria Regina Santos de Souza

As perdas humanas também foram mostradas em espécies de mapas funéreos, como este que *O Cearense* apresentou na edição de outubro de 1867 fazendo referências “aos martyres da pátria”.

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Nota

* Doutoranda em História na UFPE. Professora da Universidade do Vale do Acaraú, UVA.